

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**As Pressões Internacionais e a Crise do Último Império: A Política Colonial
Portuguesa nas Décadas de 1950 e 1960**

Adriano de Freixo¹

Resumo: Ao longo das décadas de 1950 e 1960, no auge do processo de descolonização afro-asiática, Portugal sofreu diversas pressões internacionais devido à sua política colonialista, principalmente por parte das nações recém-independentes que passaram a atuar em bloco na Assembléia Geral das Nações Unidas. Sendo um Estado marcado historicamente por sua debilidade econômica, Portugal implementou um modelo colonialista baseado na abertura de seus domínios ultramarinos à atuação do capital internacional, fazendo com que ele assumisse um papel secundário em suas próprias colônias, definindo assim um modelo de “colonialismo dependente”. Este fato, aliado aos interesses estratégicos dos EUA e de seus aliados da OTAN, no contexto da Guerra Fria, fez com que as grandes potências acabassem esvaziando as pressões contrárias ao colonialismo português. Assim, apesar da “política isolacionista” deliberadamente implementada pelo regime salazarista e da condenação da opinião pública internacional à sua política colonial, os interesses econômicos e financeiros das grandes potências e as determinações político-estratégicas da conjuntura mundial naquele momento acabaram por garantir alguma sobrevivência ao Império Colonial Luso.

Palavras-Chaves: Descolonização da África Portuguesa, Ditadura Salazarista, Império Colonial Português.

Durante os anos da ditadura salazarista, que se iniciou no final da década de 1920, a inserção de Portugal nas relações internacionais foi marcada por uma postura de relativo isolamento, devido essencialmente à condenação da Comunidade Internacional à política colonialista portuguesa, principalmente a partir da década de 1950, quando se intensificou o processo de descolonização afro-asiática. Esse processo iniciou-se imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando as velhas potências imperialistas européias, enfraquecidas pelas sucessivas crises, passam a sofrer grandes pressões de suas colônias em favor da emancipação. Assim, se fortalecem nestas colônias movimentos emancipacionistas de caráter nacionalista que se posicionavam contrariamente ao colonialismo, ao racismo e ao imperialismo. Com o desenrolar do processo de descolonização, as antigas colônias africanas e asiáticas começaram a articular-se naquilo que ficou conhecido como “Bloco do Terceiro Mundo” - cuja estruturação inicia-se na Conferência de Bandung (1955) e tem a sua consolidação na Conferência de Belgrado (1961) – que se pronuncia pela neutralidade na Guerra Fria, pelo distanciamento em relação à URSS e ao Ocidente e pelo compromisso dos povos já liberados de ajudar a libertação dos povos ainda dependentes.

¹ Professor do CEFET-RJ, Mestre em História Política (UERJ) e Doutorando em História Social (UFRJ).

Tal Bloco, que começa a crescer e a ter voz bastante ativa na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, será o responsável pela articulação de uma violenta condenação da Comunidade Internacional à Política Colonial Portuguesa, a partir da década de 1950, condenação esta que colocava o Estado português na defensiva:

No campo internacional, os anos 50 trouxeram particulares dificuldades ao imperialismo português. As guerras mundiais, uma vez terminadas, engendraram instituições que mobilizavam consciências sensíveis à guerra. Portugal já fora denunciado na liga das nações, nos anos 20, pelas suas práticas de trabalho colonial. Agora, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas dirigiam as atenções para a questão fundamental do colonialismo. (MACQUEEN, 1998: 30).

Porém, se por um lado Portugal era condenado internacionalmente por sua política colonial, por outro, a própria debilidade econômica de Portugal - que o tornava econômica e tecnicamente incapacitado para aproveitar plenamente, e de forma lucrativa, os imensos recursos existentes em suas colônias - fez com que estas se tornassem áreas de especial interesse para o capital internacional. Com pouca disponibilidade de capitais para investir, Portugal abriu seus domínios ultramarinos para que companhias estrangeiras investissem na produção e na infra-estrutura, assumindo assim um papel secundário em suas próprias colônias, definindo um modelo de **colonialismo dependente** e configurando aquilo que Perry Anderson definiu como um **condomínio encoberto**:

O papel maciço do capital estrangeiro na exploração dos recursos coloniais é indiscutível. As concessões operam por meio de negociações especiais e bilaterais com as autoridades portuguesas. Formaram-se companhias mistas com um mínimo de capital português e um máximo de direção portuguesa quotidiana (...) Todavia, por debaixo dessas formalidades, o poder do capital estrangeiro monta ao que pode ser designado como “condomínio encoberto”. (...) O poder de fato dos grandes capitalistas estrangeiros os tornam parceiros da administração.(...) As companhias concessionárias desfrutam de lucros fabulosos, graças às suas posições privilegiadas na economia colonial. (...) As corporações fornecem o capital que falta à administração: esta fornece a ordem de que as corporações precisam. Os lucros são repartidos (ANDERSON, 1966: 94-95).

Desta forma, os interesses do capital internacional acabaram gerando uma espécie de “tolerância” das grandes potências para com a presença portuguesa na África, apesar do clamor geral pela descolonização:

Assim, o Império português era sustentado por elos econômicos que combinavam uma quase restrição mercantilista com complexas redes representativas dos interesses dos capitais da Europa Ocidental, da América do Norte e da África do

Sul. Embora nem sempre fosse visível, as pressões para agüentar a África Portuguesa, e para proteger o capital europeu em Portugal e nas suas colônias, estavam profundamente interligadas (...). (MAXWELL, 1999: 45).

Além disto, o líder português António de Oliveira Salazar soube aproveitar-se muito bem do clima da Guerra Fria, então existente, para manter a sua posição em relação à África, graças ao forte conteúdo anti-comunista do regime e a posse por Portugal de algumas áreas estratégicas para a geopolítica do período. Dentre estas, destacamos os Açores, que possuíam uma importante base aérea utilizada pelos EUA em diversas ocasiões, e Angola e Moçambique, dotados de portos estratégicos para a defesa dos interesses dos EUA e de seus aliados da OTAN, no Atlântico Sul e no Índico. Assim, a entrada de Portugal na OTAN deu-se, em 1949, sem maiores problemas. Desta forma, as pressões contra o colonialismo português acabavam sendo esvaziadas:

A nível multilateral, a pressão sobre Portugal não era mais óbvia nem mais útil. Apesar das repetidas denúncias na Assembléia Geral das Nações Unidas, sistematicamente ignoradas por Portugal, este podia normalmente contar com a proteção de seus amigos. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, as três potências com assento permanente no Conselho de Segurança, sempre frustraram, coletiva ou individualmente as tentativas da Assembléia Geral para tomar quaisquer medidas significativas contra Lisboa durante toda a década de 60 e os primeiros anos da década seguinte (MACQUEEN, 1998: 79-80).

Devido a toda esta situação, as pressões internacionais contrárias ao colonialismo português só teriam como efeito prático a adoção, por parte do governo português, de uma medida de “maquiagem”: a partir de 1951, as colônias passaram a ser chamadas de “Províncias Ultramarinas” ou “Territórios Ultramarinos”, o que não alterou em nada as bases em que se assentava a dominação colonial, pelo contrário, consolidou a integração da África Portuguesa com a metrópole, pois como bem colocava, em 1962, o historiador José Honório Rodrigues, o uso do termo “Províncias Ultramarinas” nada mais era do que um simples rótulo ou máscara com que o Estado Português pretendia “enganar os parvos deste mundo” (RODRIGUES, 1962: 14)

Assim, a inserção de Portugal nas relações internacionais durante o Regime Salazarista, apresentava alguns aspectos paradoxais, visto que, se por um lado, a “política isolacionista” deliberadamente implementada pelo regime, aliada à condenação da opinião pública internacional à política colonial portuguesa e ao próprio regime salazarista, mantiveram Portugal numa postura de relativo isolamento no contexto internacional; por outro, os interesses econômicos e financeiros e as determinações político-estratégicas da

conjuntura mundial naquele momento - relacionadas à participação de Portugal na OTAN - acabaram por garantir a integração de Portugal dentro do Sistema Internacional.

No entanto, a partir dos anos 60 do século XX, por influência desse processo mais amplo de descolonização afro-asiática, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, e das repercussões da Conferência de Bandung (1955) na ONU, intensificaram-se nas colônias portuguesas os movimentos de libertação em relação à metrópole, gerando as chamadas “guerras coloniais”, que teriam um papel fundamental na crise do regime salazarista. A oposição à dominação portuguesa começou a ser articulada por uma pequena elite de africanos “assimilados”, com formação universitária “ocidental” – fenômeno este que não foi exclusivo do Império Português – que organizou os primeiros movimentos de resistência.

Portugal tinha criado uma classe-elite de africanos, muito reduzida, constituída por “assimilados” com privilégios que lhes permitiam participar na exploração de seus compatriotas mas que, ao mesmo tempo, se obrigavam a presenciar no dia-a-dia a situação humilhante dos outros africanos e a brutal repressão de que estes eram vítimas. Não surpreende, nestas circunstâncias que tivessem sido os “assimilados” educados a constituir a oposição política (FERREIRA, 1997: 43).

As elites coloniais articularam-se, desde pelo menos o início do século XX (MOURÃO, 1995: 95-97), inicialmente em torno de movimentos culturais de caráter nacionalista – como a Casa dos Estudantes do Império ou o Centro de Estudos Africanos, formados, na metrópole, por estudantes do “Império”; e o Movimento “*Vamos Descobrir Angola*”, lançado pelo poeta angolano, Viriato da Cruz, em 1948 - onde procuravam discutir e descobrir a sua identidade cultural. Estes setores, a partir da década de 1950, partiram para a ação política e organizaram os primeiros movimentos de libertação colonial, como o PAIGC (Guiné e Cabo Verde), MPLA e UPA (Angola) e FRELIMO (Moçambique). Estas organizações passaram a contar com o apoio da opinião pública internacional, além da ajuda militar do bloco socialista que, no contexto da Guerra Fria, tinha importantes interesses estratégicos no conflito. Portugal, que insistia em manter inalterada sua política colonial, recebia apoio declarado somente da Espanha Franquista e da África do Sul. Porém, por causa dos interesses político-estratégicos já mencionados anteriormente, Portugal contava com ajuda militar da OTAN, além de ter militares treinados nos EUA, tendo, inclusive, recebido dos norte-americanos, bombas de Napalm, amplamente utilizadas no combate aos guerrilheiros africanos e à população civil que os apoiava, de forma muito similar à ação norte-americana no Vietnã.

O Governo norte americano verifica, em 1969, o impasse em que se encontra a situação na África Portuguesa. Nem um nem outro dos beligerantes parece ter condições para vencer. Washington escolhe então auxiliar maciçamente os portugueses a vencerem os movimentos nacionalistas marxistas com os métodos experimentados no Vietname (ENDERS, 1997: 101).

É interessante notar que até então – principalmente durante o governo de John Kennedy – as relações entre Portugal e EUA eram bastante problemáticas, devido aos esforços norte-americanos para a retirada portuguesa da África, de forma pacífica, embora o governo daquele país evitasse um choque direto com Salazar, devido aos interesses econômicos e estratégicos citados anteriormente. Porém, com a ascensão de Richard Nixon à presidência dos EUA – que coincide com a subida de Marcello Caetano ao poder, em Portugal - a perspectiva norte-americana em relação a Portugal se modifica, com este deixando de ser encarado como um renitente Estado colonialista e passando a ser mais um importante aliado na luta contra o comunismo e o expansionismo soviético.

Os sinais de rebelião contra a dominação portuguesa começaram a aparecer mais nitidamente a partir do início dos anos 50 do século passado, quando, em algumas colônias, manifestações de contestação começam a acontecer - como em São Tomé, em 1953, quando a Polícia Salazarista foi a responsável pela morte de mais de 100 trabalhadores e camponeses em greve. Posteriormente, o início da década de 1960 trouxe alguns sérios revezes para a política colonial salazarista como a perda do “Estado da Índia” para a União Indiana e o “Caso Santa Maria”, em que este navio foi seqüestrado pelo Capitão Henrique Galvão, que culminou no início da Guerra Colonial, em Angola, pois havia a expectativa que o mesmo fosse para Luanda, o que desencadeia uma série de conflitos na mais importante das colônias africanas. Tal episódio também demonstrou o descontentamento existente entre boa parte das forças armadas portuguesas, em relação ao regime que já se havia manifestado anteriormente com a candidatura do General Humberto Delgado, nas eleições presidenciais de 1959, e que teria sua culminância em uma fracassada tentativa de golpe militar contra Salazar, em 1961, que envolveu elementos do alto escalão das forças armadas, inclusive o Ministro da Defesa, Gal. Botelho Muniz.

Nesse contexto, começaram a ser organizados nas colônias africanas diversos movimentos guerrilheiros que iriam iniciar, naquele momento, uma forte ofensiva contra as forças colonialistas. Assim, por volta de 1961, o número de guerrilheiros em ação em toda a África Portuguesa já superava os dez mil homens e, no mesmo ano, os movimentos rebeldes das diversas colônias davam um importante passo para a articulação de sua luta política com a criação da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas de Colônias Portuguesas).

Este organismo, sediado em Argel e articulado inicialmente pela UPA, pela MPLA e pelo PAIGC, teria o papel de funcionar como coordenador das diversas lutas de libertação na África Portuguesa. A CONCP, juntamente com os governos de Gana e da Tanzânia, foi fundamental para a articulação de um movimento de libertação em Moçambique, última colônia a ter uma organização revolucionária verdadeiramente nacional, o que só iria se concretizar em 1962, com a criação da FRELIMO.

Era claramente de grande importância para a CONCP trazer Moçambique para um movimento mais amplo e foi um êxito importante quando o conseguiu, quaisquer que fossem os problemas implícitos na criação de um movimento de libertação nacional por incitamento externo. (MACQUEEN, 1998: 42).

Nos anos seguintes, as ações desses movimentos guerrilheiros intensificaram-se, fazendo com o que Estado Português dispendesse cada vez mais homens e recursos para o combate aos revolucionários africanos. Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas de “maquiagem” para tentar conter a revolta nas colônias, tais como a supressão formal do trabalho forçado dos nativos e a ampliação das possibilidades de acesso à cidadania portuguesa.

Assim, a guerra colonial iniciada em Angola, em 1961, espalha-se pelas outras colônias atingindo a Guiné, em 1963, e Moçambique, em 1965. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as pressões contra o colonialismo português, fazendo crescer o isolamento político-econômico do regime salazarista:

Surge também nos meados da década de cinquenta o obstáculo maior à eternização de uma ditadura que não dava sinais de querer adaptar-se ao seu tempo ou evoluir: a “questão colonial” (...) Salazar recusar-se-ia a qualquer concessão ou negociação quanto à administração das parcelas africanas, mantendo-se firmemente apostado em permanecer “orgulhosamente só” até ao fim, como disse num discurso. (MEDINA, 1999: 226-227).

Internamente, o prolongamento da Guerra Colonial começou a solapar as bases de apoio do Estado Novo, e fez com que setores que tradicionalmente apoiavam o regime - como a Igreja, os Militares e a Burguesia Monopolista - assumam uma postura crítica em relação a este, engrossando assim as fileiras da tradicional oposição portuguesa, formada por comunistas, socialistas e democratas, a qual se une em torno de alguns objetivos comuns, que seriam o fim da Guerra Colonial, a modernização do país e a democratização das forças armadas e da própria sociedade portuguesa.

Entre os setores descontentes com a prolongada guerra colonial e a intransigência de Salazar, destacava-se a burguesia monopolista, uma das principais bases de sustentação do regime, que via na guerra um obstáculo aos seus interesses econômicos e à entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu; setores da elite militar, que tinham a percepção de que os problemas coloniais deveriam ser resolvidos através da ação política e não da ação militar; e os próprios aliados de Portugal na OTAN, que com o prolongamento da guerra, passam a encará-la como uma ameaça aos seus interesses estratégicos na África, naquele contexto de Guerra Fria. Além disso, a guerra colonial possibilitou a rearticulação das oposições portuguesas em torno das idéias fundamentais de pôr fim à guerra e de democratizar o país.

Além da questão colonial, o próprio desenvolvimento da economia portuguesa no decorrer da década de 1960 - com a entrada maciça de investimentos estrangeiros aproveitando-se das vantagens oferecidas pelo regime (inexistência de sindicatos livres, baixos salários), e a internacionalização das velhas empresas oligárquicas, que até então atuavam basicamente em Portugal e nas colônias, e que passam a investir em novas áreas como o Brasil, os EUA e a Europa - contribuiu para aumentar as contradições internas do regime e enfraquecer sua base de apoio, visto que importantes setores da elite portuguesa passaram a ter a percepção de que o modelo político e econômico do Estado Novo limitava as possibilidades de crescimento do país e de sua integração no mercado internacional.

Além disso, o regime também vivia um momento de instabilidade política desde 1968, com a subida ao poder de Marcello Caetano, devido ao afastamento por doença de Salazar e o seu posterior falecimento (1970). A ascensão do novo “homem-forte” do regime salazarista acendeu as esperanças dos setores liberais portugueses na realização de reformas políticas e econômicas que levassem à liberalização do regime e à modernização de Portugal. Porém, quaisquer que fossem as intenções de Caetano, sua posição “ficou limitada desde o princípio pela presença no regime de poderosos elementos empenhados na continuação da política de Salazar, particularmente em relação à África, tanto no governo como entre os militares” (MACQUEEN, 1998: 91). Desta forma, as esperanças na liberalização do regime foram logo frustradas.

Por outro lado, faltava a Caetano a habilidade política de seu antecessor em articular os interesses distintos dos setores que davam sustentação ao Estado Novo, tanto interna, quanto externamente. Com isto, apesar de tentar manter uma imagem reformista, a indefinição e a indecisão características de seu governo acabaram tanto desagradando aos setores mais liberais, quanto gerando a desconfiança dos setores mais à direita. Todos estes

fatores acabam levando à crise do Estado Novo e à sua derrubada pela Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Este movimento, levado à cabo pela oficialidade jovem das Forças Armadas e por setores mais “liberais” da elite militar portuguesa, pôs fim aos quase 50 anos de ditadura em Portugal de forma rápida e, de certo modo, inesperada, surpreendendo, inclusive, os observadores internacionais mais atentos e fazendo com que, naquele momento, os olhos do mundo se voltassem para o pequeno país ibérico e para o seu império colonial em decomposição.

Referências bibliográficas:

- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FERREIRA, Eduardo de Souza. *O Fim de uma Era – O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- MACQUEEN, Norrie. *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*. Mem Martins: Inquérito, 1998.
- MEDINA, João. “A Ditadura Portuguesa do Estado Novo” (1926-1974): Síntese da Ideologia e Mentalidade do Regime Salazarista-Marcelista”. In: TENGARRINHA, José (Coord.). *A Historiografia Portuguesa, Hoje*. São Paulo, Hucitec/Instituto Camões, 1999.
- MOURÃO, Fernando. “Reações do Nacionalismo Africano em Portugal”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org). *Espanha e Portugal: O Fim das Ditaduras*. São Paulo, Xamã, 1995.
- RODRIGUES, José Honório. “O Brasil e o Colonialismo Português – Revisão de Uma Infâmia Secular”. In: METZNER-LEONE, Eduardo. *O Brasil e o Colonialismo Português – Revisão de Uma Infâmia Secular*, Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1962.